



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 123/2025
CREDENCIAMENTO Nº 007/2025

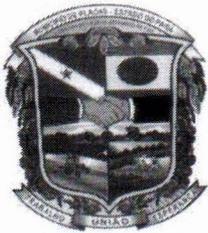
CREDENCIANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na TV RITA DE CÁSSIA, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 12.566.342/0001-52, representado pelo Sr. Claudio Jose Faleiro, Secretário Municipal De Saúde, portador do CPF nº 206.851.812-00, residente na Travessa Olivio Alves, 007, PLACAS - PARÁ, CEP 68.138-000.

CREDENCIADO: MEDSERVICE SERVICOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 15.578.342/0001-60, situada na Rodovia Augusto Montenegro, 4300, Parque Office sala 706 torre norte, Parque Verde na cidade de Belém/PA CEP: 66635-110 neste ato representado pela Responsável legal a Sra. Gislene Alves da Silva CPF: 003.435.830-70 RG: 5080290256SJS Órgão emissor: IIRS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto o **Credenciamento de médicos clínico geral, médico cirurgião, oftalmologista, ortopedista, pediatra, ginecologista, psiquiatra, medico auditor e cardiologista para atuar no Hospital Municipal de Placas – Pará e unidades básicas de saúde**, nos termos do edital, deste contratoe dos seus anexos.

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR R\$	ORDEM CREDENCIAMENTO
01	MÉDICO CLÍNICO GERAL/ 12 HORAS	Consulta médica: Realizar atendimento primário e integral aos pacientes, diagnosticando condições médicas comuns, tratando problemas de saúde geral e coordenando encaminhamentos para especialistas quando necessário. Sendo no mínimo: Verificação dos dados pessoais do paciente. Medição dos sinais específicos: pressão arterial, frequência cardíaca, temperatura corporal, peso e altura; Coleta detalhada da história clínica do paciente, incluindo queixas principais, sintomas atuais, histórico médico pregresso, alergias, medicamentos em uso, hábitos de vida (alimentação, atividade física, tabagismo, consumo de álcool) e histórico familiar de doenças; Inspeção: avaliação visual geral do paciente; identificação de áreas de dor, inchaço ou anormalidades; avaliação dos sons corporais com o uso de um estetoscópio para detectar possíveis alterações nos sistemas respiratórios e cardíacos; utilização para determinar a presença de fluidos, ar ou sólidos em órgãos internos. Baseado na anamnese e exame físico, a fórmula médica é um diagnóstico inicial; Prescrição de medicamentos, quando necessário, para tratar condições agudas e crônicas; Orientações sobre mudanças no estilo de vida, incluindo dieta, exercício físico, hábitos de sono e redução de riscos à saúde; Se identificar a necessidade, encaminhamento para especialistas para avaliação e tratamento adicional; Fornecimento de informações educativas ao paciente e familiares sobre condições de saúde, prevenção de doenças, cuidados preventivos e uso adequado de medicamentos; Registro detalhado de todas as informações coletadas, diagnósticos	PLANTÃO	2.750	R\$ 1.346,97	4º CREDENCIADO



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

		feitos, tratamentos prescritos e encaminhamentos realizados, garantindo um histórico médico completo e preciso do paciente.				
02	MÉDICO CLÍNICO GERAL/ 24 HORAS	<p>Consulta médica: Realizar atendimento primário e integral aos pacientes, diagnosticando condições médicas comuns, tratando problemas de saúde geral e coordenando encaminhamentos para especialistas quando necessário.</p> <p>Sendo no mínimo: Verificação dos dados pessoais do paciente. Medição dos sinais específicos: pressão arterial, frequência cardíaca, temperatura corporal, peso e altura; Coleta detalhada da história clínica do paciente, incluindo queixas principais, sintomas atuais, histórico médico pregresso, alergias, medicamentos em uso, hábitos de vida (alimentação, atividade física, tabagismo, consumo de álcool) e histórico familiar de doenças; Inspeção: avaliação visual geral do paciente; identificação de áreas de dor, inchaço ou anormalidades; avaliação dos sons corporais com o uso de um estetoscópio para detectar possíveis alterações nos sistemas respiratórios e cardíacos; utilização para determinar a presença de fluidos, ar ou sólidos em órgãos internos.</p> <p>Baseado na anamnese e exame físico, a fórmula médica é um diagnóstico inicial; Prescrição de medicamentos, quando necessário, para tratar condições agudas e crônicas; Orientações sobre mudanças no estilo de vida, incluindo dieta, exercício físico, hábitos de sono e redução de riscos à saúde; Se identificar a necessidade, encaminhamento para especialistas para avaliação e tratamento adicional; Fornecimento de informações educativas ao paciente e familiares sobre condições de saúde, prevenção de doenças, cuidados preventivos e uso adequado de medicamentos; Registro detalhado de todas as informações coletadas, diagnósticos feitos, tratamentos prescritos e encaminhamentos realizados, garantindo um histórico médico completo e preciso do paciente.</p>	PLANTÃO	660	R\$ 2.625,00	2º CREDENCIADO
03	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL:	<p>Realizar consultas clínicas para estabelecer diagnósticos e tratamentos de pacientes no hospital municipal e postos de saúde. Realizar intervenções cirúrgicas para extrair órgãos ou tecidos, corrigir lesões ou sequelas, ou estabelecer diagnósticos</p> <p>Monitorar o paciente durante o procedimento cirúrgico</p> <p>Supervisionar o cuidado pós-operatório do paciente</p> <p>Prescrever medicamentos</p> <p>Realizar curativos</p> <p>Orientar sobre cuidados em casa, atividades permitidas e restrições</p> <p>Participar de programas de treinamento contínuo</p> <p>Realizar pesquisas clínicas para aprimorar técnicas cirúrgicas</p> <p>Diagnosticar, tratar e prevenir doenças, lesões e condições que requerem intervenção cirúrgica</p>	PLANTÃO	1320	R\$ 3.000,00	2º CREDENCIADO



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

04	MÉDICO OFTALMOLOGISTA	Realizar consulta especializada da saúde ocular para diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças e distúrbios relacionados aos olhos. Sendo no mínimo: Entrevista com o paciente para identificar problemas visuais, sintomas atuais, uso de óculos ou lentes de contato, histórico de cirurgias oculares e doenças oculares familiares; Teste de acuidade visual utilizando a tabela de Snellen ou outros métodos para avaliar a capacidade de enxergar com clareza à distância e de perto; Medição da refração ocular para determinar a prescrição correta de óculos ou lentes de contato, se necessário; Inspeção dos olhos, oculares, específicas e conjuntivas para detectar sinais de infecção, infecção ou outras anormalidades externas; Utilização do oftalmoscópio para examinar o fundo do olho, incluindo retina, vasos sanguíneos e nervo óptico, procurando por sinais de doenças como retinopatia, glaucoma e degeneração macular; Medição da pressão intraocular para rastreamento de glaucoma, uma condição que pode levar à perda de visão se não for desenvolvida; Quando necessário, administração de colírios para dilatar a pupila, permitindo uma visualização mais detalhada das estruturas internas do olho; Com base nos resultados dos exames, o oftalmologista formula um diagnóstico e recomendações de tratamento, que podem incluir prescrição de medicamentos, procedimentos cirúrgicos ou encaminhamento para tratamento especializado; Explicação clara ao paciente sobre seu diagnóstico, tratamento recomendado e medidas preventivas para manter a saúde ocular; Programação de consultas de acompanhamento para monitorar a eficácia do tratamento e ajustar a terapia conforme necessário; Registro completo e preciso de todas as informações coletadas durante a consulta, garantindo um histórico médico detalhado e acessível para referências futuras.	CONSULTA	2200	R\$ 258,32	1º CREDENCIADO
05	MÉDICO ORTOPEDISTA	Realizar consulta especializada e tratamento de condições musculoesqueléticas, incluindo lesões, deformidades e doenças relacionadas aos ossos, articulações, ligamentos, tendões. Sendo no mínimo: Entrevista com o paciente para obter informações detalhadas sobre a queixa principal, histórico de lesões anteriores, cirurgias ortopédicas prévias, condições médicas relevantes e medicamentos; Exame Físico: Inspeção: avaliação visual da estrutura e postura corporal; Palpação: pressionar e manipular áreas específicas para identificar dor, inchaço; Avaliação da Amplitude de Movimento: testes para determinar a capacidade; Testes específicos: Testes Neurológicos: avaliação dos reflexos e sensibilidade, quando aplicável; Exames Complementares: Solicitação e interpretação de exames de imagem, como radiografias, ressonâncias magnéticas (RM) ou tomografias computadorizadas (TC), para visualizar estrutura, conforme necessidade; Diagnóstico: Com base na anamnese, exame físico e resultados dos	CONSULTA	2200	R\$ 256,65	1º CREDENCIADO



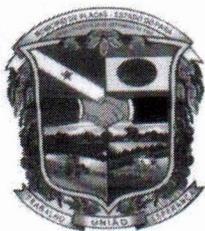
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

		exames, o ortopedista faz um diagnóstico preciso; Plano de Tratamento: Prescrição de medicamentos para interrupção da dor, redução da inflamação ou para tratamento de condições e Recomendações de terapias não cirúrgicas, como fisioterapia, exercícios terapêuticos e uso de dispositivos; Educação ao Paciente: Orientações sobre autocuidado, incluindo medidas para proteger e fortalecer as articulações, prevenir lesões; Acompanhamento e Reavaliação: Agendamento de consultas de acompanhamento para monitorar a evolução; Documentação e Registro: Registro detalhado de todos os aspectos da consulta, incluindo diagnósticos, planos de tratamento e orientações fornecidas, garantindo um histórico médico.				
06	MÉDICO PEDIATRA	Realizar consulta médica com avaliação, diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças em crianças, desde o nascimento até a adolescência. Sendo no mínimo: Verificação dos dados pessoais da criança e histórico médico familiar. Medição dos sinais específicos como peso, altura, temperatura corporal e frequência cardíaca; Entrevista com os pais ou responsáveis para coletar informações sobre o desenvolvimento da criança, marcos do crescimento, alimentação, vacinação, sono, comportamento e saúde geral; Avaliação geral da saúde da criança, incluindo inspeção visual, palpação abdominal, ausculta cardíaca e pulmonar, além da verificação de reflexos e resposta aos estímulos; Observação do desenvolvimento físico, emocional e cognitivo da criança de acordo com a idade; Revisão do calendário de vacinação da criança e administração de vacinas conforme recomendado; Identificação de doenças comuns na infância, como infecções respiratórias, gastrointestinais, alergias, entre outras; Prescrição de medicamentos adequados e orientações sobre o uso correto; Fornecimento de orientações aos pais sobre cuidados com a saúde da criança, nutrição, segurança, desenvolvimento infantil e prevenção de acidentes; Quando necessário, encaminhamento para especialistas pediátricos para avaliação mais especializada em áreas como cardiologia pediátrica, neurologia infantil, entre outras; Educação em Saúde: Educação contínua aos pais sobre a importância do acompanhamento regular, da vacinação e da prevenção de doenças infantis; Acompanhamento e Reavaliação: Agendamento de consultas de acompanhamento para monitorar a recuperação da criança, ajustar o tratamento conforme necessário e garantir o desenvolvimento saudável; Documentação e Registro: Registro detalhado de todas as informações da consulta, incluindo histórico médico, diagnósticos, tratamentos prescritos, vacinas administradas e orientações fornecidas.	CONSULTA	2200	R\$ 241,67	1º CREDENCIADO
07	MÉDICO GINECOLOGISTA	Realizar consulta médica com avaliação, diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças ginecológicas e problemas de saúde relacionados ao sistema reprodutivo	CONSULTA	2200	R\$ 257,64	2º CREDENCIADO



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

		<p>feminino. Sendo no mínimo: Verificação dos dados pessoais do paciente e histórico médico ginecológico. Coleta de informações sobre ciclo menstrual, contracepção, histórico de gravidez e partos, além de quaisquer sintomas ou queixas atuais; História Clínica: Entrevista detalhada com o paciente para discutir sintomas específicos, como dor pélvica, sangramento anormal, secreções vaginais, entre outros. Exploração de antecedentes familiares relevantes, condições médicas preexistentes e uso de medicamentos; Exame Físico: Exame pélvico para avaliar a saúde dos órgãos reprodutivos, incluindo vagina, colo do útero, útero, ovários e trompas. Palpação abdominal para detectar irregularidades ou massas abdominais; Exames Complementares: Solicitação e interpretação de exames laboratoriais, como exame de Papanicolau (Papanicolau), cultura vaginal, testes de DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) e exames de imagem, como ultrassom pélvico, se necessário; Diagnóstico e Tratamento: Diagnóstico de condições ginecológicas, como infecções vaginais, distúrbios menstruais, endometriose, miomas uterinos, entre outros. Prescrição de medicamentos, como antibióticos, anticoncepcionais ou tratamentos específicos para tratamento de sintomas; Orientação e Aconselhamento: Fornecimento de orientações sobre saúde sexual e reprodutiva, métodos contraceptivos, planejamento familiar e cuidados preventivos; Encaminhamentos Especializados: Quando necessário, encaminhamento para especialistas em ginecologia, oncologia, uroginecologia ou outras áreas específicas para tratamento adicional; Educação em Saúde: Educação contínua sobre cuidados ginecológicos, prevenção de doenças, autocuidado e detecção precoce de condições ginecológicas; Acompanhamento e Reavaliação: Agendamento de consultas de acompanhamento para monitorar a resposta ao tratamento, ajustar a terapia conforme necessário e garantir o bem-estar contínuo do paciente; Documentação e Registro: Registro detalhado de todas as informações da consulta, incluindo resultados de exames, diagnósticos, tratamentos prescritos, orientações fornecidas e planos de envio.</p>				
08	MÉDICO PSIQUIATRA	<p>Realizar consulta médica com avaliação, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de transtornos mentais e emocionais. Sendo no mínimo: Verificação dos dados pessoais do paciente e Coleta de informações sobre sintomas psicológicos, histórico de tratamentos anteriores, uso de medicamentos; Entrevista Psiquiátrica: Entrevista detalhada com o paciente para explorar o contexto psicossocial, eventos extremos Avaliação dos sintomas específicos, como depressão, ansiedade, transtornos de humor, Exame do Estado Mental; Exames Complementares: Solicitação de exames laboratoriais, como testes de função hepática e renal, para</p>	CONSULTA	2200	R\$ 247,33	1º CREDENCIADO



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

		verificar a saúde. Encaminhamento para exames de imagem, como ressonância magnética craniana, quando necessário; Diagnóstico Psiquiátrico: Formulação de um diagnóstico psiquiátrico baseado em entrevista, avaliação do estado mental; Plano de Tratamento: Prescrição de medicamentos psicotrópicos, como antidepressivos, ansiolíticos, estabilizadores de humor ou antipsicóticos, conforme indicado pelo médico. Recomendação de psicoterapia individual, terapia familiar, conforme o caso. Monitoramento e Acompanhamento; Educação ao Paciente e Familiares: Orientação sobre a condição psiquiátrica, uso adequado de medicamentos, e estratégias de enfrentamento para lidar com os sintomas; Trabalho em Rede: Coordenação com outros profissionais de saúde mental, como psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros psiquiátricos; Documentação e Registro: Registro detalhado de todas as informações da consulta, incluindo diagnósticos, planos de tratamento.				
09	MEDICO AUDITOR	Analisar despesas e custos com tratamentos e autorizações de procedimentos Garantir o correto aproveitamento dos leitos Identificar irregularidades Produzir informações para subsidiar o planejamento de ações Conferir a qualidade, a propriedade e a efetividade dos serviços de saúde Elaborar pareceres conclusivos Apontar impropriedades ou irregularidades aos superiores hierárquicos e demais órgãos competentes Atuar em todo o sistema hospitalar, avaliando os elementos componentes dos processos da instituição. Garantir a segurança e qualidade em todas as etapas do cuidado ao paciente. Analisar prontuários médicos Entrevistar pacientes Examinar pacientes quando necessário Elaborar relatórios de auditoria Garantir que os prestadores de serviços médicos atendam aos requisitos legais Identificar processos de não conformidade Produzir informações para melhorar o sistema de saúde O médico auditor deve identificar-se claramente em todos os seus atos, informando o número de seu registro no Conselho Regional de Medicina. garantir a qualidade e a segurança dos cuidados prestados aos pacientes, além de assegurar a sustentabilidade financeira da instituição	MÊS	10	R\$ 6.266,67	2º CREDENCIADO
10	MÉDICO CARDIOLOGISTA	Realizar consulta com avaliação, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de doenças e condições relacionadas ao sistema cardiovascular. No mínimo: Verificação dos dados pessoais do paciente e histórico médico cardiovascular. Coleta de informações atualizadas sobre sintomas atuais (como dor no peito, falta de ar, palpitações), histórico familiar de doenças cardíacas, fatores de risco (tabagismo, hipertensão, diabetes, colesterol alto), hábitos de vida e uso de medicamentos; Exame Físico: Realização de exame físico completo, incluindo ausculta cardíaca (para detectar sopros, ritmos anormais), medição de pressão arterial, avaliação de pulso e circulação periférica, e exame de sinais de	CONSULTA	2200	R\$ 254,43	1º CREDENCIADO



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

	<p>insuficiência cardíaca (como edema); Exames Complementares: Solicitação e interpretação de exames diagnósticos, como eletrocardiograma (ECG), ecocardiograma, teste ergométrico (teste de esforço), monitoramento Holter, angiografia coronária, exames de sangue (perfil lipídico, enzimas cardíacas) e outros exames específicos conforme necessário; Diagnóstico Cardiovascular: Formulação de um diagnóstico preciso com base na anamnese, exame físico e resultados dos exames complementares. Identificação de condições cardíacas como doença arterial coronariana, insuficiências cardíacas, arritmias, hipertensão, valvopatias, entre outras; Plano de Tratamento: Desenvolvimento de um plano de tratamento personalizado, que pode incluir: Prescrição de medicamentos para controlar a pressão arterial, colesterol, arritmias, insuficiência cardíaca e outras condições cardíacas; Orientação sobre procedimentos invasivos, como angioplastia, implantação de stents ou cirurgia de revascularização do miocárdio, quando necessário; Educação e Prevenção: Educação ao paciente sobre a importância de participação ao tratamento, considerar os sintomas de alerta de doenças cardíacas, e adotar medidas preventivas para reduzir o risco de eventos cardiovasculares; Acompanhamento e Monitoramento; Reabilitação Cardíaca: Recomendação e supervisão de programas de reabilitação cardíaca, que incluem exercícios monitorados e orientação nutricional para pacientes que se recuperam de eventos cardíacos ou cirurgias; Documentação e Registro: Registro detalhado de todas as informações de consulta, diagnósticos, resultados dos exames, plano de tratamento e orientações fornecidas ao paciente, garantindo a continuidade e eficácia do cuidado.</p>			
--	--	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente credenciamento será regido com base no inciso IV do art. 74 e no inciso I do art. 79 da Lei n. 14.133/2021, na proposta apresentada pela **CREDENCIADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

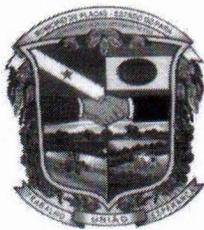
3.1 Os serviços referidos na cláusula primeira obedecerão ao estipulado neste instrumento bem como às obrigações assumidas na carta-proposta apresentada pela **CREDENCIADA**, devidamente anuída, a qual, independente de transcrição, fará parte integrante do presente ajuste, naquilo que não contrariar suas disposições.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A **CREDENCIADA** prestará os serviços previstos no objeto deste contrato, no edital e seus anexos, no hospital Municipal de Placas – Pará ou unidades básicas de saúde nas especialidades, reconhecidas pelo Conselho de classe, e nas especialidades de saúde, reconhecidas pelos respectivos Conselhos de Classe, previamente aprovadas pelo **CREDENCIANTE**.

4.1.1 **PARÁGRAFO ÚNICO** - Os serviços prestados pela **CREDENCIADA** deverão atender às seguintes disposições:

I - Os serviços serão prestados nas dependências do Hospital Municipal de Placas – Pará ou unidades básicas de saúde, previamente vistoriadas pelo **CREDENCIANTE**.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

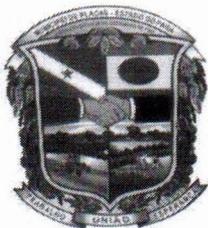
CLÁUSULA QUINTA - DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS

5.1 Os honorários profissionais serão pagos com base no relatório fornecido pelo Hospital Municipal de Placas ou unidade Básica de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE e CREDENCIADO (art. 92, X, XI e XIV)

6.1 São obrigações da Credenciante:

- a) Exigir o cumprimento do objeto deste processo, segundo suas especificações, prazos e demais condições.
- b) Acompanhar e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-las, mediante justificativa.
- c) Fornecer as instruções necessárias a execução dos serviços e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados.
- d) Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada.
- e) Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega do material.
- f) A Credenciante deverá, a seu critério, e através de servidor da SEMSA ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços.
- g) Proporcionar todas as condições para que ao Credenciado possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Termo;
- h) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e dos termos de sua proposta;
- i) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; determinando à CONTRATADA as correções que julgar oportunas, para melhoria do mesmo, na forma da Lei 14.333/2021.
- j) Notificar o credenciado por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- k) Rejeitar, no todo, o serviço fora da especificação, o mesmo caso para nota fiscal ou suas certidões caso esteja com rasuras, falta de informações, ou discriminação diferente deste termo.
Efetuar o pagamento nas condições pactuadas
- m) Não utilizar os recursos financeiros, humanos e patrimoniais disponibilizados pela Prefeitura Municipal, para finalidade diversa da estabelecida neste credenciamento.
- n) Prestar contas dos serviços executados, fazendo juntar os relatórios de pacientes atendidos e serviços prestados, viabilizando assim a liquidação da despesa para pagamento dos créditos, sempre que solicitado.
- o) Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
- p) Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- q) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto; sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- r) Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante do serviço contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; mediante apresentação de nota fiscal para pagamento fica de responsabilidade de a contratada encaminhar junto à nota as



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

certidões fiscais validas a vigência contratual, sem nenhuma restrição ou debito.

6.2 São Obrigações do Credenciado

- a) O profissional deverá estar devidamente habilitado no conselho de classe;
- b) Deverá seguir os protocolos de atendimento desenvolvidos exclusivamente para os pacientes beneficiados pelos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito de Placas;
- c) Garantir atendimento adequado aos usuários;
- d) Manter sempre atualizado e fornecer relatórios e arquivos médicos pelo prazo de 5 (cinco) anos;
- e) Responsabilidade civil pelo prazo de 5 (cinco) anos dos serviços realizados;
- f) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;
- g) Garantir confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;
- h) Não utilizar os recursos financeiros, humanos e patrimoniais disponibilizados pela Prefeitura Municipal, para finalidade diversa da estabelecida neste credenciamento;
- i) Prestar contas dos serviços executados, fazendo juntar os relatórios de pacientes atendidos e serviços prestados, viabilizando assim a liquidação da despesa para pagamento dos créditos, sempre que solicitado.
- j) Informar através de relatório de atendimentos realizados para que seja acessível devendo ser remetido ao responsável pelo Hospital Municipal de Placas ou responsável pela unidade básica de saúde para fins de confirmação.
- k) Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
- l) Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- m) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto; sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- n) Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante do serviço contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;
- o) Mediante apresentação de nota fiscal para pagamento fica de responsabilidade de a Contratada encaminhar junto à nota as certidões fiscais validas a vigência contratual, sem nenhuma restrição ou debito.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos de credenciamento serão realizados por servidores designados, titulares e substitutos, para atuarem como gestores de contrato.

8.1.1 Durante a execução dos contratos de credenciamento, os gestores de contrato terão competência para registrar as ocorrências que caracterizem descumprimento contratual, e, se cabível, sugerir aplicação das penalidades previstas.

8.1.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos de credenciamento, pelo **CRENCIANTE**, não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da **CRENCIADA** pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais, por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

CLÁUSULA NONA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

9.1 Os empregados da CRENCIADA não terão vínculo empregatício com o CRENCIANTE, não havendo, portanto, qualquer solidariedade quanto às obrigações



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

trabalhistas e previdenciárias, devidas aos empregados da CREDENCIADA.

9.1.1 Eventual inadimplemento, pela **CREDENCIADA**, dos encargos previstos no caput desta cláusula, não transfere ao **CREDENCIANTE** a responsabilidade pelo pagamento e nem poderá onerar o objeto do credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento dar-se-á em até o 30º (trigésimo) dias após a entrega da Nfe devidamente atestada por servidor responsável.

10.2 Na hipótese de emissão de Nota de Empenho, Ordem de Entrega ou documento equivalente para entrega, o prazo estabelecido para pagamento será contado da entrega.

10.3 Em caso de irregularidade(s) no(s) item(s) do(s) serviço(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização (ões).

10.4 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

10.5 O Fornecedor deverá juntar à sua Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal que lhe foram exigidas na habilitação para participação deste processo.

10.6 A Contratada deverá apresentar para pagamento, a Nota Fiscal correspondente ao fornecimento do produto, na unidade administrativa responsável pelo acompanhamento e gestão do contrato para atesto com todas as certidões de regularidade fiscal validas exigidas por lei, inclusive trabalhistas (CNDT) todas legível e sem rasuras

10.1 A retenção do imposto de renda será retido na fonte pagadora, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234 da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação das alíquotas presentes na referida norma, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade.

10.2 nAs hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN nº 1234/2012.

10.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratado, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.

10.4 Em nenhuma hipótese, haverá pagamento antecipado à **CREDENCIADA**.

10.5 Os pagamentos serão efetuados sempre que houver a prestação de serviços, nos prazos estipulados neste Edital e seus anexos, obedecendo-se a ordem cronológica de exigibilidade de créditos, na forma do art. 141, caput, da Lei n. 14.133/2021, mediante crédito em conta bancária da **CREDENCIADA**, informada na carta-proposta, produzindo os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO

11.1 Na hipótese de a **CREDENCIADA** receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento dos valores e atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, " *pro rata temporis*", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

11.2 A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos devidos à **CREDENCIADA**, devendo o **CREDENCIANTE** notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

11.2 Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à **CREDENCIADA** manifestar-se sobre a quantia indevida apurada pelo **CREDENCIANTE**.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

11.3 Na hipótese de inexistirem pagamentos a serem efetuados, o **CREDECIANTE** deverá notificar a **CREDECIAIDA** para que recolha, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, da data do recebimento da notificação, a quantia paga indevidamente, por meio da Guia de Recolhimento a ser preenchida e impressa através do setor de tributos da Prefeitura Municipal de Placas.

11.4 Efetuado o recolhimento do indébito, a **CREDECIAIDA** encaminhará ao **CREDECIANTE** o respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recolhimento.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1 Os valores constantes dos referenciais de preços adotados pelo **CREDECIANTE** poderão ser majorados ou reduzidos, de forma a compatibilizá-los com os praticados pelo mercado de saúde suplementar e com a disponibilidade financeira do FMS.

12.2 Em caso de eventual majoração, deverá ser observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data da última atualização de preços, mediante negociação entre as partes, e tendo como limite a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou, na sua falta, outros índices editados pelo Poder Público.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1 A **CREDECIAIDA** tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Credenciamento, procedendo-se à sua revisão, a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente a execução do objeto do Credenciamento.

13.2 A **CREDECIAIDA**, quando for o caso, deverá formular ao **CREDECIANTE** requerimento para a revisão do Termo de Credenciamento, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis que tenham onerado excessivamente a execução do objeto do Credenciamento.

13.3 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão das obrigações pactuadas.

13.4 O requerimento do pedido deve vir acompanhado das planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão das obrigações pactuadas, com a comprovação da repercussão do aumento dos preços nos valores do objeto do credenciamento.

13.5 O **CREDECIANTE**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do Termo de Credenciamento.

13.6 Independentemente de solicitação, o **CREDECIANTE** poderá convocar a **CREDECIAIDA** para negociar redução dos preços, mantendo-se o mesmo objeto pactuado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta de credenciamento, em virtude da diminuição dos preços no mercado, amplamente reconhecida.

13.7 As alterações decorrentes da revisão do Termo de Credenciamento serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da execução dos contratos de credenciamento correrão à conta das dotações orçamentárias e programas de trabalho específicos para cada exercício:

1315.10.302.1004.2.026.3.3.90.39.00 - Manutenção do Hospital Municipal outros serv. De terc.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

Pessoa jurídica - Fonte: 15001002 – 15003220 – 15013210 – 16000000

1315.10.301.0200.2.021.3.3.90.39.00 - Manutenção dos postos de saúde, outros serv. De terc. pessoa jurídica - Fonte: 15001002 – 15003210 – 15003220

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 A suspensão temporária da prestação dos serviços poderá ser requerida pela **CRENCIADA**, desde que solicitada formalmente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, da qual constarão o motivo do pedido, a indicação do período e, se for o caso, dos serviços que serão suspensos.

15.2 O pedido será apreciado pelo **CRENCIANTE**, que se manifestarão até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

15.3 Em hipótese alguma, poderá haver suspensão da prestação dos serviços, sem prévia anuência do **CRENCIANTE**, sob pena de aplicação de penalidade, por descumprimento contratual.

15.4 O **CRENCIANTE** poderá suspender temporariamente a prestação dos serviços, na hipótese de irregularidade na execução do contrato, até decisão final exarada em processo administrativo específico, observados o contraditório e a ampla defesa.

15.5 A **CRENCIADA** poderá solicitar o descredenciamento, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, nos termos do inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021.

15.6 Na hipótese de encerramento das atividades da empresa, o lapso temporal constante no item anterior poderá ser afastado, mediante declaração expressa da **CRENCIADA** acerca da inexistência de beneficiários em atendimento e ou tratamento.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO DESCREDENCIAMENTO

16.1 No caso de descredenciamento, a pedido da **CRENCIADA**, o prazo para interrupção dos serviços prestados não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da anuência do **CRENCIANTE**.

16.2 O descredenciamento deverá ocorrer sem prejuízo dos tratamentos em curso.

16.3 O descredenciamento não eximirá a **CRENCIADA** das garantias assumidas em relação aos serviços prestados e demais responsabilidades legais.

16.4 A **CRENCIADA** não poderá se beneficiar do descredenciamento, nos termos do inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021, caso esteja em curso procedimento administrativo para apuração de irregularidade contratual, até a decisão final exarada em processo administrativo específico.

16.5 O **CRENCIANTE** poderá, a qualquer tempo, avaliar as vantagens da continuidade do contrato de credenciamento, podendo solicitar o descredenciamento, com base no inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021.

16.6 O descredenciamento poderá ser também:

I- determinado por ato unilateral e escrito do **CRENCIANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

II- determinado por decisão judicial.

16.7 Os casos de descredenciamento serão formalmente motivados nos autos do



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

processo administrativo do credenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de descredenciamento por ato unilateral do **CRENCIANTE**.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA – DA VIGÊNCIA

18.1 Os contratos de credenciamento terão vigência pelo prazo de até 31/12/2025 nos termos do art. 106 da Lei n. 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, considerando a natureza da contratação, a qual consiste na prestação continuada de serviços de assistência à saúde (serviços médicos, hospitalares e de saúde).

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1 As partes se comprometerão a realizar o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos usuários, única e exclusivamente para o cumprimento do objeto contratado, para finalidade específica e em conformidade com a Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

18.2 Nos termos do art. 5º da Lei n. 13.709/2018, será considerado:

- I - Dado Pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- II - Dado pessoal sensível: informação relacionada à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- III - Titular: pessoa natural – a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;- Controlador: pessoa jurídica, de direito público, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- IV - Operador: pessoa jurídica, de direito privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- V - Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

18.3 O tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos usuários deverão observar a boa-fé e os princípios estabelecidos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 e deverá se limitar finalidades do objeto contratado.

18.4 O compartilhamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos usuários com outros agentes de tratamento, caso seja necessário para finalidade específica, deverá observar os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei n. 13.709/2018.

18.5 A violação e ou descumprimento à legislação de proteção de dados serão passíveis de penalidade e reparação, nos termos dos arts. 42, 43 e 52 da Lei n. 13.709/2018, bem como estarão sujeitos à responsabilidade civil e criminal, às quais serão apuradas, preliminarmente ao eventual processo judicial, em regular procedimento administrativo.

CLÁUSULA DECIMA NONA – DO VALOR

19.1 Para a solicitação de autorização e faturamento dos honorários profissionais deverá ser utilizada o modelo de relatório fornecido pela diretoria do Hospital ou unidade básica de saúde, sendo o valor e quantidade do total máximo de execução dos serviços prestados **se restringindo ao especificado no item 1.1;** da Cláusula Primeira deste Termo;

CLÁUSULA VIGESIMA – DAS PENALIDADES

20.1 As penalidades administrativas serão aplicadas nos termos do artigo 156 da Lei n.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

14.133/2021, no que couber.

20.2 A **CRENCIADA** ficará sujeita pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III- Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos.

IV - Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV- Os danos que da infração provierem para o **CRENCIANTE**.

20.3 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei n. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.4 A penalidade de advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

20.5 A penalidade de advertência somente tem cabimento durante a vigência do contrato.

20.6 Caso não seja efetuado o recolhimento do valor da multa em favor

20.7 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos, será aplicada nas seguintes condutas:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao **CRENCIANTE**;
- II - dar causa à inexecução total do contrato.

20.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, será aplicada nas seguintes infrações:

- V - apresentar declaração ou documentação falsa para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013, no que couber.

20.9 As sanções de impedimento e de inidoneidade para contratar admitem a reabilitação da **CRENCIADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado ao **CRENCIANTE**;
- II - pagamento da multa;
- VI - transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

impedimento de contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

- VII – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
VIII – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

20.10 A aplicação das penalidades administrativas dependerá de expedição de notificação à **CRENCIADA** e abertura de prazo para apresentação de defesa prévia, bem como abertura de vista dos autos à **CRENCIADA** pela unidade gestora do credenciamento.

20.11 O prazo para apresentação de defesa prévia ou recurso pela **CRENCIADA** será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento das notificações.

20.12 Dependendo da infração cometida, o **CRENCIANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

20.13 As apurações relacionadas às infrações contratuais serão conduzidas em processo administrativo específico, com decisões formalmente motivadas, sendo assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa, reservado ao **CRENCIANTE** o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços no transcurso do procedimento administrativo.

20.14 A decisão pela aplicação de penalidade à **CRENCIADA** será formalmente motivada, sendo observados os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA- DA DIVULGAÇÃO

21.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a divulgação deste instrumento no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGESIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada a Comarca da cidade de Uruará – Pará.

E por estarem assim justos e acordados, firmou-se o presente credenciamento, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado eletronicamente pelas partes.

Placas- Para, 02 de abril de 2025.

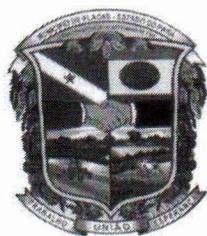
FUNDO MUNICIPAL
DE SAUDE DE
PLACAS:1256634200
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ (MF) sob o nº 12.566.342/0001-52
CRENCIANTE

Assinado de forma digital
por FUNDO MUNICIPAL
DE SAUDE DE
PLACAS:1256634200

CLAUDIO
JOSE
FALEIRO:20685181200
Assinado de
forma digital
por CLAUDIO
JOSE
FALEIRO:206851
81200

MEDSERVICE SERVICOS
MEDICOS
LTDA:15578342000160
MEDSERVICE SERVICOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 15.578.342/0001-60
CRENCIADO

Assinado de forma digital por
MEDSERVICE SERVICOS MEDICOS
LTDA:15578342000160
Dados: 2025.04.02 17:49:39 -03'00'



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 124/2025
CREDENCIAMENTO N° 007/2025
3° CREDENCIADO

CREDENCIANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na TV RITA DE CÁSSIA, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 12.566.342/0001-52, representado pelo Sr. Claudio Jose Faleiro, Secretário Municipal De Saúde, portador do CPF nº 206.851.812-00, residente na Travessa Olivio Alves, 007, PLACAS - PARÁ, CEP 68.138-000.

CREDENCIADO: RR RODRIGUES E CIA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 13.040.978/0001-29, situada na AVENIDA JOSE MARTINS RESENDE, SANTA MARIA DAS BARREIRAS CEP: 68.565-000 neste ato representado pelo seu Responsável legal a Sr. RODRIGO RESENDE RODRIGUES CRM PARA 8946.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto o **Credenciamento de médicos clínico geral, médico cirurgião, oftalmologista, ortopedista, pediatra, ginecologista, psiquiatra, medico auditor e cardiologista para atuar no Hospital Municipal de Placas – Pará e unidades básicas de saúde**, nos termos do edital, deste contratoe dos seus anexos.

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR R\$	ORDEM CREDENCIAMENTO
03	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL:	Realizar consultas clínicas para estabelecer diagnósticos e tratamentos de pacientes no hospital municipal e postos de saúde. Realizar intervenções cirúrgicas para extrair órgãos ou tecidos, corrigir lesões ou sequelas, ou estabelecer diagnósticos Monitorar o paciente durante o procedimento cirúrgico Supervisionar o cuidado pós-operatório do paciente Prescrever medicamentos Realizar curativos Orientar sobre cuidados em casa, atividades permitidas e restrições Participar de programas de treinamento contínuo Realizar pesquisas clínicas para aprimorar técnicas cirúrgicas Diagnosticar, tratar e prevenir doenças, lesões e condições que requerem intervenção cirúrgica	PLANTÃO	1320	R\$ 3.000,00	3° CREDENCIADO

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 O presente credenciamento será regido com base no inciso IV do art. 74 e no inciso I do art. 79 da Lei n. 14.133/2021, na proposta apresentada pela **CREDENCIADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1 Os serviços referidos na cláusula primeira obedecerão ao estipulado neste instrumento bem como às obrigações assumidas na carta-proposta apresentada pela **CREDENCIADA**, devidamente anuída, a qual, independente de transcrição, fará parte integrante do presente ajuste, naquilo que não contrariar suas disposições.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A **CREDENCIADA** prestará os serviços previstos no objeto deste contrato, no edital e seus anexos, no hospital Municipal de Placas – Pará ou unidades básicas de saúde nas especialidades, reconhecidas pelo Conselho de classe, e nas especialidades de saúde, reconhecidas pelos respectivos Conselhos de Classe, previamente aprovadas pelo **CREDENCIANTE**.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

4.1.1 **PARÁGRAFO ÚNICO** - Os serviços prestados pela **CREDENCIADA** deverão atender às seguintes disposições:

I - Os serviços serão prestados nas dependências do Hospital Municipal de Placas – Pará ou unidades básicas de saúde, previamente vistoriadas pelo **CREDENCIANTE**.

CLÁUSULA QUINTA - DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS

5.1 Os honorários profissionais serão pagos com base no relatório fornecido pelo Hospital Municipal de Placas ou unidade Básica de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE e CREDENCIADO (art. 92, X, XI e XIV)

6.1 São obrigações da Credenciante:

- a) Exigir o cumprimento do objeto deste processo, segundo suas especificações, prazos e demais condições.
- b) Acompanhar e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-las, mediante justificativa.
- c) Fornecer as instruções necessárias a execução dos serviços e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados.
- d) Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada.
- e) Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega do material.
- f) A Credenciante deverá, a seu critério, e através de servidor da SEMSA ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços.
- g) Proporcionar todas as condições para que ao Credenciado possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Termo;
- h) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e dos termos de sua proposta;
- i) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; determinando à CONTRATADA as correções que julgar oportunas, para melhoria do mesmo, na forma da Lei 14.333/2021.
- j) Notificar o credenciado por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- k) Rejeitar, no todo, o serviço fora da especificação, o mesmo caso para nota fiscal ou suas certidões caso esteja com rasuras, falta de informações, ou discriminação diferente deste termo.
- l) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas
- m) Não utilizar os recursos financeiros, humanos e patrimoniais disponibilizados pela Prefeitura Municipal, para finalidade diversa da estabelecida neste credenciamento.
- n) Prestar contas dos serviços executados, fazendo juntar os relatórios de pacientes atendidos e serviços prestados, viabilizando assim a liquidação da despesa para pagamento dos créditos, sempre que solicitado.
- o) Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
- p) Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- q) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto; sem a prévia e



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

expressa anuência da CONTRATANTE;

r) Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante do serviço contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; mediante apresentação de nota fiscal para pagamento fica de responsabilidade de a contratada encaminhar junto à nota as certidões fiscais validas a vigência contratual, sem nenhuma restrição ou debito.

6.2 São Obrigações do Credenciado

a) O profissional deverá estar devidamente habilitado no conselho de classe;

b) Deverá seguir os protocolos de atendimento desenvolvidos exclusivamente para os pacientes beneficiados pelos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito de Placas;

c) Garantir atendimento adequado aos usuários;

d) Manter sempre atualizado e fornecer relatórios e arquivos médicos pelo prazo de 5 (cinco) anos;

e) Responsabilidade civil pelo prazo de 5 (cinco) anos dos serviços realizados;

f) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;

g) Garantir confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;

h) Não utilizar os recursos financeiros, humanos e patrimoniais disponibilizados pela Prefeitura Municipal, para finalidade diversa da estabelecida neste credenciamento;

i) Prestar contas dos serviços executados, fazendo juntar os relatórios de pacientes atendidos e serviços prestados, viabilizando assim a liquidação da despesa para pagamento dos créditos, sempre que solicitado.

j) Informar através de relatório de atendimentos realizados para que seja acessível devendo ser remetido ao responsável pelo Hospital Municipal de Placas ou responsável pela unidade básica de saúde para fins de confirmação.

k) Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

l) Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

m) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto; sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

n) Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante do serviço contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

o) Mediante apresentação de nota fiscal para pagamento fica de responsabilidade de a contratada encaminhar junto à nota as certidões fiscais validas a vigência contratual, sem nenhuma restrição ou debito.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos de credenciamento serão realizados por servidores designados, titulares e substitutos, para atuarem como gestores de contrato.

8.1.1 Durante a execução dos contratos de credenciamento, os gestores de contrato terão competência para registrar as ocorrências que caracterizem descumprimento contratual, e, se cabível, sugerir aplicação das penalidades previstas.

8.1.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos de credenciamento, pelo **CRENCIANTE**, não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da **CRENCIADA**



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais, por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

CLÁUSULA NONA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

9.1 Os empregados da CREDENCIADA não terão vínculo empregatício com o CREDENCIANTE, não havendo, portanto, qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias, devidas aos empregados da CREDENCIADA.

9.1.1 Eventual inadimplemento, pela CREDENCIADA, dos encargos previstos no caput desta cláusula, não transfere ao CREDENCIANTE a responsabilidade pelo pagamento e nem poderá onerar o objeto do credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento dar-se-á em até o 30º (trigésimo) dias após a entrega da Nfe devidamente atestada por servidor responsável.

10.2 Na hipótese de emissão de Nota de Empenho, Ordem de Entrega ou documento equivalente para entrega, o prazo estabelecido para pagamento será contado da entrega.

10.3 Em caso de irregularidade(s) no(s) item(s) do(s) serviço(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização (ões).

10.4 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

10.5 O Fornecedor deverá juntar à sua Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal que lhe foram exigidas na habilitação para participação deste processo.

10.6 A Contratada deverá apresentar para pagamento, a Nota Fiscal correspondente ao fornecimento do produto, na unidade administrativa responsável pelo acompanhamento e gestão do contrato para atesto com todas as certidões de regularidade fiscal validas exigidas por lei, inclusive trabalhistas (CNDT) todas legível e sem rasuras

10.1 A retenção do imposto de renda será retido na fonte pagadora, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234 da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação das alíquotas presentes na referida norma, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade.

10.2 nAs hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos IN nº 1234/2012.

10.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratado, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.

10.4 Em nenhuma hipótese, haverá pagamento antecipado à CREDENCIADA.

10.5 Os pagamentos serão efetuados sempre que houver a prestação de serviços, nos prazos estipulados neste Edital e seus anexos, obedecendo-se a ordem cronológica de exigibilidade de créditos, na forma do art. 141, caput, da Lei n. 14.133/2021, mediante crédito em conta bancária da CREDENCIADA, informada na carta- proposta, produzindo os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO

11.1 Na hipótese de a CREDENCIADA receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento dos valores e atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, " *pro rata temporis*", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

11.2 A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos devidos à



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

CRENCIADA, devendo o **CRENCIANTE** notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

11.2 Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à **CRENCIADA** manifestar-se sobre a quantia indevida apurada pelo **CRENCIANTE**.

11.3 Na hipótese de inexistirem pagamentos a serem efetuados, o **CRENCIANTE** deverá notificar a **CRENCIADA** para que recolha, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, da data do recebimento da notificação, a quantia paga indevidamente, por meio da Guia de Recolhimento a ser preenchida e impressa através do setor de tributos da Prefeitura Municipal de Placas.

11.4 Efetuado o recolhimento do indébito, a **CRENCIADA** encaminhará ao **CRENCIANTE** o respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recolhimento.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1 Os valores constantes dos referenciais de preços adotados pelo **CRENCIANTE** poderão ser majorados ou reduzidos, de forma a compatibilizá-los com os praticados pelo mercado de saúde suplementar e com a disponibilidade financeira do FMS.

12.2 Em caso de eventual majoração, deverá ser observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data da última atualização de preços, mediante negociação entre as partes, e tendo como limite a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou, na sua falta, outros índices editados pelo Poder Público.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1 A **CRENCIADA** tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Credenciamento, procedendo-se à sua revisão, a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente a execução do objeto do Credenciamento.

13.2 A **CRENCIADA**, quando for o caso, deverá formular ao **CRENCIANTE** requerimento para a revisão do Termo de Credenciamento, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis que tenham onerado excessivamente a execução do objeto do Credenciamento.

13.3 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão das obrigações pactuadas.

13.4 O requerimento do pedido deve vir acompanhado das planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão das obrigações pactuadas, com a comprovação da repercussão do aumento dos preços nos valores do objeto do credenciamento.

13.5 O **CRENCIANTE**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do Termo de Credenciamento.

13.6 Independentemente de solicitação, o **CRENCIANTE** poderá convocar a **CRENCIADA** para negociar redução dos preços, mantendo-se o mesmo objeto pactuado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta de credenciamento, em virtude da diminuição dos preços no mercado, amplamente reconhecida.

13.7 As alterações decorrentes da revisão do Termo de Credenciamento serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da execução dos contratos de credenciamento correrão à conta das dotações orçamentárias e programas de trabalho específicos para cada exercício:

1315.10.302.1004.2.026.3.3.90.39.00 - Manutenção do Hospital Municipal outros serv. De terc. Pessoa jurídica - Fonte: 15001002 – 15003220 – 15013210 – 16000000

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 A suspensão temporária da prestação dos serviços poderá ser requerida pela **CRENCIADA**, desde que solicitada formalmente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, da qual constarão o motivo do pedido, a indicação do período e, se for o caso, dos serviços que serão suspensos.

15.2 O pedido será apreciado pelo **CRENCIANTE**, que se manifestarão até 30 (trinta) dias, contar da data do recebimento da notificação.

15.3 Em hipótese alguma, poderá haver suspensão da prestação dos serviços, sem prévia anuência do **CRENCIANTE**, sob pena de aplicação de penalidade, por descumprimento contratual.

15.4 O **CRENCIANTE** poderá suspender temporariamente a prestação dos serviços, na hipótese de irregularidade na execução do contrato, até decisão final exarada em processo administrativo específico, observados o contraditório e a ampla defesa.

15.5 A **CRENCIADA** poderá solicitar o descredenciamento, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, nos termos do inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021.

15.6 Na hipótese de encerramento das atividades da empresa, o lapso temporal constante no item anterior poderá ser afastado, mediante declaração expressa da **CRENCIADA** acerca da inexistência de beneficiários em atendimento e ou tratamento.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO DESCREDENCIAMENTO

16.1 No caso de descredenciamento, a pedido da **CRENCIADA**, o prazo para interrupção dos serviços prestados não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da anuência do **CRENCIANTE**.

16.2 O descredenciamento deverá ocorrer sem prejuízo dos tratamentos em curso.

16.3 O descredenciamento não eximirá a **CRENCIADA** das garantias assumidas em relação aos serviços prestados e demais responsabilidades legais.

16.4 A **CRENCIADA** não poderá se beneficiar do descredenciamento, nos termos do inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021, caso esteja em curso procedimento administrativo para apuração de irregularidade contratual, até a decisão final exarada em processo administrativo específico.

16.5 O **CRENCIANTE** poderá, a qualquer tempo, avaliar as vantagens da continuidade do contrato de credenciamento, podendo solicitar o descredenciamento, com base no inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021.

16.6 O descredenciamento poderá ser também:

I- determinado por ato unilateral e escrito do **CRENCIANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

II- determinado por decisão judicial.

16.7 Os casos de descredenciamento serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo do credenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de descredenciamento por ato unilateral do **CREDENCIANTE**.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA – DA VIGÊNCIA

17.1 Os contratos de credenciamento terão vigência pelo prazo de até 31/12/2025 nos termos do art. 106 da Lei n. 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, considerando a natureza da contratação, a qual consiste na prestação continuada de serviços de assistência à saúde (serviços médicos, hospitalares e de saúde).

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1 As partes se comprometerão a realizar o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos usuários, única e exclusivamente para o cumprimento do objeto contratado, para finalidade específica e em conformidade com a Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

18.2 Nos termos do art. 5º da Lei n. 13.709/2018, será considerado:

- I - Dado Pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- II - Dado pessoal sensível: informação relacionada à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- III - Titular: pessoa natural – a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;- Controlador: pessoa jurídica, de direito público, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- IV - Operador: pessoa jurídica, de direito privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- V - Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

18.3 O tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos usuários deverão observar a boa-fé e os princípios estabelecidos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 e deverá se limitar às finalidades do objeto contratado.

18.4 O compartilhamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos usuários com outros agentes de tratamento, caso seja necessário para finalidade específica, deverá observar os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei n. 13.709/2018.

18.5 A violação e ou descumprimento à legislação de proteção de dados serão passíveis de penalidade e reparação, nos termos dos arts. 42, 43 e 52 da Lei n. 13.709/2018, bem como estarão sujeitos à responsabilidade civil e criminal, às quais serão apuradas, preliminarmente ao eventual processo judicial, em regular procedimento administrativo.

CLÁUSULA DECIMA NONA – DO VALOR

19.1 Para a solicitação de autorização e faturamento dos honorários profissionais deverá ser utilizada o modelo de relatório fornecido pela diretoria do Hospital ou unidade básica de saúde, sendo **o valor total máximo do Plantão de Médico Cirurgião** de R\$3.000,00 (três mil reais).

19.1.1 A quantidade máxima de execução total dos Plantões se restringe ao especificado no item 1.1;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

CLÁUSULA VIGESIMA – DAS PENALIDADES

20.1 As penalidades administrativas serão aplicadas nos termos do artigo 156 da Lei n. 14.133/2021, no que couber.

20.2 A **CRENCIADA** ficará sujeita pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III- Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos.

IV - Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- As peculiaridades do caso concreto;
- III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV- Os danos que da infração provierem para o **CRENCIANTE**.

20.3 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei n. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.4 A penalidade de advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

20.5 A penalidade de advertência somente tem cabimento durante a vigência do contrato.

20.6 Caso não seja efetuado o recolhimento do valor da multa em favor

20.7 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos, será aplicada nas seguintes condutas:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao **CRENCIANTE**;
- II – dar causa à inexecução total do contrato.

20.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, será aplicada nas seguintes infrações:

- V – apresentar declaração ou documentação falsa para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013, no que couber.

20.9 As sanções de impedimento e de inidoneidade para contratar admitem a reabilitação da **CRENCIADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I – reparação integral do dano causado ao **CRENCIANTE**;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

- II – pagamento da multa;
- VI – transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- VII – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- VIII – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

20.10 A aplicação das penalidades administrativas dependerá de expedição de notificação à **CRENCIADA** e abertura de prazo para apresentação de defesa prévia, bem como abertura de vista dos autos à **CRENCIADA** pela unidade gestora do credenciamento.

20.11 O prazo para apresentação de defesa prévia ou recurso pela **CRENCIADA** será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento das notificações.

20.12 Dependendo da infração cometida, o **CRENCIANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

20.13 As apurações relacionadas às infrações contratuais serão conduzidas em processo administrativo específico, com decisões formalmente motivadas, sendo assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa, reservado ao **CRENCIANTE** o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços no transcurso do procedimento administrativo.

20.14 A decisão pela aplicação de penalidade à **CRENCIADA** será formalmente motivada, sendo observados os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA- DA DIVULGAÇÃO

21.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a divulgação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGESIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada a Comarca da cidade de Uruará – Pará.

E por estarem assim justos e acordados, firmou-se o presente credenciamento, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado eletronicamente pelas partes.

Placas- Para, 02 de abril de 2025.

FUNDO MUNICIPAL
DE SAUDE DE
PLACAS:1256634200
0152

Assinado de forma digital
por FUNDO MUNICIPAL
DE SAUDE DE
PLACAS:12566342000152

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CNPJ (MF) sob o nº 12.566.342/0001-52
CRENCIANTE

CLAUDIO
JOSE
FALEIRO:20
685181200

Assinado de
forma digital por
CLAUDIO JOSE
FALEIRO:206851
81200

RR RODRIGUES E CIA LTDA
CNPJ sob o nº 13.040.978/0001-29
CRENCIADO

RODRIGO
REZENDE
RODRIGUES:811
11690197

Assinado de forma
digital por RODRIGO
REZENDE
RODRIGUES:811116
90197